

1) Por meio do Decreto X, de 21 de junho de 2022, a União (i) majora o Imposto de Renda em 10% para as pessoas jurídicas estabelecidas na Região Nordeste e em 7% para aquelas estabelecidas no restante do país; (ii) destina expressamente toda a arrecadação que será gerada pelo aumento do tributo a ações ambientais na Amazônia; (iii) prevê isenção do IRPJ para as empresas produtoras de etanol e (iv) estabelece o início da vigência do decreto para 90 dias após a sua publicação. Comente em até 40 linhas a constitucionalidade da norma. (3 pontos)

2) Diante de uma crise econômica, a União, por meio de medida provisória, apresenta pacote: (a) instituindo Empréstimo Compulsório, destinando toda a sua arrecadação para a quitação da dívida externa e (b) delegando aos Estados a competência tributária para instituírem impostos residuais por leis ordinárias estaduais. Analise, em no máximo 40 linhas, a constitucionalidade do aludido pacote econômico, citando os dispositivos aplicáveis. (3,0 pontos)

3) A União, no bojo de uma lei que regulamenta a profissão de artistas de rua, instituiu uma isenção de IPVA para os magistrados e para as entidades de assistência social sem fins lucrativos que preenchem os requisitos do art. 14 do CTN. Quais argumentos poderiam ser invocados por um Procurador Municipal contra a referida lei? Disserte, em no máximo 40 linhas, citando os dispositivos aplicáveis. (2,0 pontos)

4) O Estado do Piauí instituiu taxa de iluminação pública com o objetivo de, por meio de transferências voluntárias, ajudar os municípios no serviço de iluminação pública municipal. Os proprietários de imóveis urbanos foram indicados como contribuintes e o valor venal do imóvel apontado como a base de cálculo da aludida taxa. Analise, em no máximo 40 linhas, a constitucionalidade e a legalidade da medida, citando os dispositivos aplicáveis da Constituição e do CTN. (2,0 pontos)